



CÓD: OP-020AG-22
7908403526130

SEJUSP-MG

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

550 questões Gabaritadas
Agente de Segurança Penitenciário (ASP)

CADERNO GABARITADO

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Analítico	19
3. Direito Constitucional	33
4. Direito Administrativo	55
5. Direito Penal.	77
6. Direito Processual Penal	95
7. Direitos Humanos	119
8. Legislação Especial.....	133

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

O conectivo sublinhado nas frases a seguir – da autoria de Machado de Assis – que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “A fantasia é um vidro de cor, um óculo brilhante, porém mentiroso.” / conclusão
- (B) “Nada está perdido enquanto o coração espera alguma coisa.” / proporção
- (C) “Quando dois corações se querem entender, ainda que falem hebraico, descobrem-se logo um ao outro.” / concessão
- (D) “Aprofunde mais os corações alheios, se quiser encontrar a verdade.” / causa
- (E) “Conquanto a credulidade seja eterna, é preciso fazer com ela o que se faz com a moda: variar o feitiço.” / tempo

2. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“É próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar.”

(Machado de Assis)

No fragmento acima, o vocábulo próprio mostra o mesmo valor que na seguinte frase:

- (A) O restaurante serve pratos finos, próprios a paladares exigentes.
- (B) Os idosos gostam de jogos próprios de sua idade.
- (C) Ele próprio preparava a comida.
- (D) Assinou o documento com seu nome próprio.
- (E) Eu sempre morei em apartamento próprio.

3. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“O falar é perigoso para as nossas ilusões.”

(Machado de Assis)

Sobre os componentes do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O termo “o falar” é um exemplo de palavra substantivada.
- (B) No adjetivo “perigoso”, o sufixo -oso forma adjetivos a partir de substantivos.
- (C) A preposição “para” mostra valor de finalidade.
- (D) O pronome possessivo “nossas” tem valor universal.
- (E) O adjetivo “perigoso” expressa uma opinião do enunciador.

4. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“O povo, ingênuo e sem fé das verdades, quer ao menos crer na fábula, e pouco apreço dá às demonstrações científicas.”

(Machado de Assis)

No fragmento acima, os dois adjetivos sublinhados possuem, respectivamente, os valores de

- (A) qualidade e estado.
- (B) estado e relação.
- (C) relação e característica.
- (D) característica e qualidade.
- (E) qualidade e relação.

5. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“O povo, ingênuo e sem fé das verdades, quer ao menos crer na fábula, e pouco apreço dá às demonstrações científicas.”

Nessa frase de Machado de Assis, se desejássemos dar paralelismo ao segmento “ingênuo e sem fé das verdades”, a forma adequada seria:

- (A) “sem ingenuidade e sem fé nas verdades”.
- (B) “ingênuo e descrente das verdades”.
- (C) “sem conhecimento e sem fé nas verdades”.
- (D) “ingênuo e ignorante das verdades”.
- (E) “sem informações e sem fé nas verdades”.

6. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“O bom médico não deixa ver nada de suas apreensões ao seu paciente.”

A mesma relação semântica entre as palavras sublinhadas se repete nos pares a seguir, à exceção de um. Assinale-o

- (A) advogado/cliente.
- (B) mestre/discípulo.
- (C) santo/devoto.
- (D) senhorio/inquilino.
- (E) religião/militante.

7. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“Em geral os arquitetos temos de nos ater às plantas que nos apresentam os proprietários. Nisso nos parecemos com os médicos. Há quem os chame para que diagnostiquem a enfermidade que deseja ter, e lhe receite o regime que deseja seguir.”

(Jacinto Benavente)

Podemos inferir da leitura desse fragmento que

- (A) o enunciador da frase se passa simultaneamente por arquiteto e médico.
- (B) os arquitetos dispõem de pouca liberdade criativa em sua atividade.
- (C) os médicos mostram, atualmente, um conhecimento deficiente.
- (D) os clientes já chegam hoje aos consultórios sabendo do que sofrem.
- (E) os clientes procuram os médicos por razões exclusivamente estéticas.

8. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

A frase abaixo que NÃO mostra a presença de intertextualidade, ou seja, a alusão a um texto conhecido, é:

- (A) “Sinto vergonha, logo existo”;
- (B) “Às vezes, a alegria do dono do circo é ver o palhaço pegar fogo”;
- (C) “Grande sucesso é mais comum que grande capacidade”;
- (D) “De onde menos se espera é que não sai nada mesmo”;
- (E) “Cada um por si e nem sempre Deus por todos”.

9. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

“O conceito de direitos humanos está sendo transformado num palavrão”. (Boris Casoy)

Nessa frase, o vocábulo “palavrão”, formado com o sufixo -ão, perdeu o valor de aumentativo, passando a significar “palavra chula”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma aumentativa:

- (A) cartão – papelão – portão;
- (B) homenzarrão – garrafão – caixão;
- (C) panelão – colherão – facão;
- (D) jarrão – casarão – pratão;
- (E) pezão – cabeção – fardão.

10. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

Um conhecido professor de Educação Física declarou o seguinte: “Cultivar um estilo de vida saudável é extremamente importante para diminuir o risco de infarto, mas também de problemas como a morte súbita e derrame. Significa que manter uma alimentação saudável e praticar atividade física regularmente já reduz, por si só, as chances de desenvolver vários problemas. Além disso, é importante para o controle da pressão arterial, dos níveis de colesterol e de glicose no sangue. Também ajuda a diminuir o estresse”.

Entre as recomendações dadas pelo autor do texto acima, só NÃO está presente:

- (A) proteger o meio ambiente;
- (B) praticar atividades físicas;
- (C) alimentar-se de forma saudável;
- (D) reduzir o risco de doenças;
- (E) diminuir o estresse.

11. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa/efeito é:

- (A) As salas de aula estão muito sujas / Os funcionários da limpeza estão trabalhando mal;
- (B) O estacionamento da Faculdade está cheio / Muitos alunos possuem automóveis;
- (C) A Bahia tem muitos blocos carnavalescos / Organizar o carnaval baiano dá muito trabalho;
- (D) Há muitos turistas no Rio / As praias cariocas são muito bonitas;
- (E) Choveu muito esta madrugada / As ruas amehceram alagadas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

1. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)

Mário, que mora sozinho, falava ao telefone com sua mãe a respeito do dia anterior:

Lavei a louça e não dormi tarde.

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Não lavei a louça e não dormi tarde;
- (B) Lavei a louça e dormi tarde;
- (C) Não lavei a louça e dormi tarde;
- (D) Não lavei a louça ou não dormi tarde;
- (E) Não lavei a louça ou dormi tarde.

2. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)

Um professor afirmou:

«Quem acertar todas as questões de múltipla-escolha vai tirar conceito A.»

Alberto é um de seus alunos. Uma consequência lógica da sentença do professor é:

- (A) se Alberto tirou conceito A, então ele acertou todas as questões de múltipla-escolha.
- (B) se Alberto não tirou conceito A, então ele acertou todas as questões de múltipla-escolha.
- (C) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou todas as questões de múltipla-escolha.
- (D) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou exatamente uma questão de múltipla-escolha.
- (E) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou pelo menos uma questão de múltipla-escolha.

3. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021 (e mais 18 concursos)

Considere a sentença:

“Se a cobra é verde, então ela não morde ou ela é venenosa”.

A sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

(A) Se a cobra morde e não é venenosa, então ela não é verde.

(B) Se a cobra não é verde, então ela morde e não é venenosa.

(C) Se a cobra não é verde, então ela não morde ou não é venenosa.

(D) A cobra é verde e não morde ou é venenosa.

(E) A cobra não é verde e morde e não é venenosa.

4. FGV - Analista de Tecnologia da Informação (BASTES)/Desenvolvimento de Sistemas/2021 (e mais 2 concursos)

A frase a seguir é um conhecido ditado popular:

“Se não tem cão então caça com gato”.

Uma frase logicamente equivalente é:

- (A) Se tem cão então não caça com gato;
- (B) Se caça com gato então não tem cão;
- (C) Tem cão ou caça com gato;
- (D) Tem cão e caça com gato;
- (E) Tem cão ou não caça com gato.

5. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)

Sabe-se que a sentença “Se a camisa é branca, então a calça é branca” é FALSA e a sentença “Se o sapato é preto, então a camisa não é branca” é VERDADEIRA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato não é preto;
- (B) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato é preto;
- (C) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato não é preto;
- (D) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato é preto;
- (E) a camisa não é branca, a calça não é branca e o sapato é preto.

6. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)

Roberto fez as seguintes afirmações sobre suas atividades diárias:

- faço ginástica ou natação.
- vou ao clube ou não faço natação.
- vou à academia ou não faço ginástica.

Certo dia Roberto não foi à academia.

É **correto** concluir que, nesse dia, Roberto

- (A) fez ginástica e natação.
- (B) não fez ginástica nem natação.
- (C) fez natação e não foi ao clube.
- (D) foi ao clube e fez natação.
- (E) não fez ginástica e não foi ao clube.

7. FGV - Analista de Tecnologia da Informação (BANESES)/Desenvolvimento de Sistemas/2021 (e mais 2 concursos)

Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

- . Se Priscila é paulista, então Joel é capixaba.
- . Se Gabriela não é carioca, então Joel não é capixaba.
- . Se Gabriela é carioca, então Priscila não é paulista.

É **correto** deduzir que:

- (A) Gabriela é carioca;
- (B) Gabriela não é carioca;
- (C) Priscila não é paulista;
- (D) Priscila é paulista;
- (E) Joel não é capixaba.

8. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)

Considere verdadeira a afirmação:

“Todo vegetal verde é saudável.”

É correto concluir que:

- (A) Todo vegetal saudável é verde.
- (B) Todo vegetal que não é saudável não é verde.
- (C) Todo vegetal que não é verde não é saudável.
- (D) Alguns vegetais verdes não são saudáveis.
- (E) Alguns vegetais que não são saudáveis são verdes.

9. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021

Considere as afirmativas a seguir.

I. Todo auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também presta orientações sobre legislação tributária, mas nenhum auditor que presta orientações sobre legislação tributária instaura processos administrativos-fiscais.

II. Todo auditor que apreende mercadorias irregulares faz o controle aduaneiro, e alguns auditores que fazem o controle aduaneiro, instauram processos administrativos-fiscais.

III. Nenhum auditor que faz o controle aduaneiro presta orientação tributária.

Sendo certo que **não** há auditor que execute conjuntamente as funções de controle aduaneiro, apreensão de mercadorias irregulares e de instauração de processos administrativos-fiscais, é correto concluir que

- (A) nenhum auditor que apreende mercadorias irregulares também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (B) todo auditor que faz o controle aduaneiro também apreende mercadorias irregulares.
- (C) todo auditor que presta orientações sobre a legislação tributária também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (D) pelo menos um auditor que apreende mercadorias irregulares também instaura processos administrativos-fiscais.
- (E) pelo menos um auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também instaura processos administrativos-fiscais.

10. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021 (e mais 18 concursos)

Considere a sentença:

“Todo urso branco é amigo da onça.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Nenhum urso branco é amigo da onça.
- (B) Algum urso branco não é amigo da onça.
- (C) Todo urso marrom é amigo da onça.
- (D) Nenhuma onça é amiga de urso branco.
- (E) Algum urso não é branco e é amigo da onça.

11. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)

O advogado de uma empresa afirmou ao diretor que:

“Todos os processos relativos à empresa X foram finalizados”

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 2/2021/XXXIII Exame

Este sistema, que consiste em fazer uso da oposição e da rivalidade dos interesses, na falta de motivos melhores, é o segredo de todos os negócios humanos, quer sejam particulares, quer públicos.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. In O Federalista

Os textos conhecidos na forma do livro *O Federalista* expressam um princípio de governo republicano que ficou conhecido como *freios e contrapesos*, que se propõe a assegurar a justiça e a liberdade que deveriam ser, segundo os autores, o fim de todo governo e da sociedade civil.

Assinale a opção que melhor expressa, com base no livro em referência, o princípio dos freios e contrapesos.

(A) Assegurar o devido processo legal, de modo que todos aqueles que sejam acusados de terem cometido um ilícito contra um particular ou contra o Poder Público possam se valer de todos os instrumentos de defesa técnica adequada, tendo em vista impedir que o magistrado da causa julgue com base em suas convicções morais, filosóficas ou religiosas.

(B) Assegurar um sistema de representação eleitoral em que a população manifeste sua vontade, mas escolhendo apenas representantes que tenham passado por um devido processo de formação política oferecido pela Escola de Governo da República. Essa Escola deve ser mantida pela União e as vagas devem ser repartidas proporcionalmente entre os partidos políticos.

(C) Assegurar a ampla defesa e o contraditório, de forma que no desenrolar de uma ação judicial os argumentos de acusação e defesa se coloquem em equilíbrio e, dessa forma, não haja um peso excessivo apenas para um dos lados da causa, o que geraria uma inevitável injustiça.

(D) Assegurar a vontade própria de cada Poder do Estado, de modo que aqueles que o exercitam tenham a menor influência na escolha dos representantes dos demais poderes. Além disso, deve-se organizar o poder legislativo em duas casas legislativas com eleições independentes, e deve-se, também, impedir que uma facção política destrua a outra.

2. FGV - Auditor Técnico de Controle Externo (TCE-AM)/Auditoria Governamental/2021

Lucas, estudioso do direito constitucional, chegou à conclusão de que o texto constitucional pode sofrer mudanças de significado ainda que não seja objeto de qualquer alteração formal. Essas alterações, delineadas a partir de atividade intelectual conduzida pelo intérprete, sob influência das modificações na realidade sociopolítica, não importariam em usurpação de uma função própria do Poder Constituinte originário.

À luz da compreensão contemporânea a respeito da interpretação constitucional, a argumentação de Lucas é:

(A) incorreta, pois o texto e a norma constitucional apresentam uma relação de sobreposição, o que impede a alteração da última sem a realização de modificações no primeiro;

(B) correta, já que o texto e a norma constitucional não apresentam uma relação de sobreposição, sendo esta última delineada a partir da interação entre o primeiro e a realidade;

(C) correta, já que a norma pode se distanciar da sobreposição com o texto caso seja identificada uma situação de nulidade parcial deste último;

(D) incorreta, já que a interpretação constitucional é realizada in abstracto, dissociada da realidade subjacente ao momento de aplicação da norma;

(E) incorreta, já que o objetivo do intérprete é descobrir o significado imanente do texto constitucional.

3. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021

No processo de interpretação constitucional, a pré-compreensão do intérprete não pode ocupar uma posição hegemônica e incontrastável, de modo a tornar esse processo uma encenação que busque tão somente justificar conclusões prévias, indiferentes aos limites do texto constitucional, aos aspectos circunstanciais e às exigências de ordem metódica.

Na interpretação constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) errada, pois a pré-compreensão não pode ser utilizada na interpretação constitucional, sob pena de consagrar o subjetivismo em detrimento do caráter objetivo da norma;
- (B) correta, pois o conhecimento adquirido pelo intérprete é apenas condição de desenvolvimento da compreensão, que resulta na atribuição de significado ao texto;
- (C) correta, pois a interpretação evidencia uma total separação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscido, de modo que a compreensão é da alçada do legislador;
- (D) errada, pois o intérprete, em sua atividade intelectual, deve se limitar a conhecer o sentido imanente ao texto, não participando da construção do significado;
- (E) contraditória, pois a pré-compreensão e a compreensão apresentam uma relação de sobreposição, não ocupando planos sucessivos.

4. FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021

Ana e Maria, estudiosas do Direito, travaram intenso debate a respeito de aspectos da interpretação constitucional. Ana sustentava que a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido, própria do formalismo, não se ajustava ao modo como a ordem constitucional brasileira vinha sendo compreendida. Maria, no entanto, ressaltava que a afirmação de Ana era incompatível com o conceito de mutação constitucional.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria está errada, pois o conceito de mutação constitucional está ínsito no formalismo, decorrendo das constantes alterações formais do texto da Constituição.
- (B) Ana está errada, pois o formalismo é a base de toda a interpretação constitucional, apontando para a ilegitimidade de toda argumentação que dele se distancie.
- (C) Ana está errada, pois, na interpretação constitucional, a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido decorre da separação de poderes.
- (D) Ana está errada, pois os significantes constitucionais veiculam significados preexistentes, que não são influenciados pela pré-compreensão do intérprete ou por modificações da realidade.
- (E) Maria está errada, pois a mutação constitucional está embasada na atividade argumentativa e decisória desenvolvida pelo intérprete, que não permanece atrelado a significados preexistentes.

5. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII

No âmbito da ADPF 635 se questionam a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, os índices injustificáveis de letalidade promovida pelas intervenções policiais nas favelas e o uso desproporcional da força por parte dos agentes de segurança contra a população negra e pobre.

Diante de dados que comprovam que os efeitos de determinadas políticas públicas violam desproporcionalmente os direitos fundamentais de grupos vulneráveis identificáveis, é correto afirmar que tais políticas podem ser questionadas com fundamento no(a):

- (A) princípio da moralidade administrativa;
- (B) princípio da igualdade formal;
- (C) teoria da discriminação indireta;
- (D) princípio da legalidade;
- (E) princípio da impessoalidade.

6. FGV - Auditor de Controle Externo (TCE-PI)/Engenharia/2021

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontrastável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

7. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 2/2021/XXXIII Exame

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FGV - AUX POL NEC (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

João é auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa e está lotado no Instituto Médico Legal. No exercício de suas funções, João recebeu o cadáver de um homem para limpeza e preparo para a autópsia. Ao abrir o invólucro onde o corpo estava acondicionado, João imediatamente reconheceu que o corpo era de seu vizinho José, seu desafeto de longa data. Tendo em vista que João também se considera inimigo de toda a família do agora falecido José e com o objetivo de prejudicar os parentes de seu vizinho, o policial resolveu atrasar ao máximo a autópsia do cadáver e deixou o corpo em local impróprio, por prazo muito superior ao previsto nas normas aplicáveis.

Agindo da forma antes narrada, João violou diretamente o princípio expresso da administração pública da:

- (A) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos;
- (B) moralidade, pois, como conhece a família do falecido, deveria ter dado prioridade para a conclusão da perícia;
- (C) impessoalidade, pois deve agir na busca do interesse da coletividade, sem beneficiar nem prejudicar alguém em especial;
- (D) finalidade, pois deve conciliar seu interesse particular com o público, de maneira a não prejudicar seus desafetos ou os familiares destes;
- (E) continuidade, pois, como é inimigo do falecido e de sua família, deveria ter pedido a um estagiário para prosseguir com as atividades de preparo do corpo.

2.(FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Em matéria de ato administrativo, competência administrativa pode ser definida como a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são características da competência administrativa:

- (A) imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- (B) indelegável, irrenunciável e prorrogável;
- (C) indisponível, indelegável e renunciável;
- (D) imprescritível, prorrogável e renunciável;
- (E) indelegável, prorrogável e imprescritível.

3.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Diante do acúmulo de serviço em razão da grande demanda em sua competência originária e com o objetivo de conferir maior eficiência e celeridade em questões administrativas, o Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa praticou ato administrativo delegando sua competência para a Secretaria Executiva de Polícia decidir recursos administrativos hierárquicos.

O mencionado ato de delegação é:

- (A) inválido, porque os atos previstos como de competência do Delegado-Geral não podem ser delegados, em respeito ao poder hierárquico;
- (B) inválido, porque a legislação proíbe expressamente a delegação de decisão de recursos administrativos;
- (C) lícito, porque a competência administrativa é imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- (D) lícito, porque a competência é delegável, exceto nos casos de competência exclusiva definida em lei;
- (E) lícito, porque a competência é delegável, exceto para a edição de atos normativos.

4.(FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Convalidação e Conversão dos atos administrativos

João, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, praticou ato administrativo relacionado à organização do Setor de Investigações da delegacia onde exerce a função de chefe. Tal ato era de competência do Delegado Titular, que tem interesse em manter o ato exatamente como foi praticado por João.

No caso em tela, tendo em vista que não houve prejuízo a terceiros interessados e que o interesse público recomenda a manutenção do ato, o Delegado Titular

(A) não poderá ratificar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá revogar o ato anterior e praticar outro equivalente.

(B) não poderá confirmar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá anular o ato anterior e praticar outro equivalente.

(C) poderá retificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de forma, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.

(D) poderá convalidar o ato, mediante a confirmação, pois se trata de vício sanável de competência, e o conserto do ato gera efeitos ex tunc.

(E) poderá ratificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de autoridade, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.

5.(FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Assunto: Teoria dos Motivos Determinantes

João, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com o Estado Alfa, para instalação e funcionamento de um restaurante em hospital estadual, pelo prazo de 24 meses. Passados seis meses, o Estado alegou que iria instalar uma nova sala de UTI no local onde o restaurante está localizado, razão pela qual revogou unilateralmente a permissão de uso. Três meses depois, João logrou obter provas irrefutáveis no sentido de que o Estado não instalou nem irá instalar a UTI no local. Inconformado, João buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, pretendendo reassumir o restaurante.

Ao elaborar a petição judicial, o defensor público informou a João que pleitear judicialmente a invalidação da revogação do ato de permissão é:

(A) inviável, por se tratar de ato precário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;

(B) inviável, por se tratar de ato discricionário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;

(C) viável, eis que, com base no princípio da continuidade dos serviços públicos, João tem direito de explorar o restaurante no prazo acordado, ainda que, de fato, o Estado Alfa fosse instalar a UTI no local;

(D) viável, eis que, apesar de ser um ato discricionário, aplica-se a teoria dos motivos determinantes, de maneira que o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para a revogação.

6.(FGV - ANA ESP (IMBEL)/IMBEL/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2021)

Assunto: Poder Vinculado e Discricionário

A discricionariedade administrativa refere-se à maneira pela qual a Administração Pública utiliza seu poder para exercer atos administrativos com a finalidade de atender ao interesse público. Em relação ao conceito de discricionariedade administrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) É a liberdade do administrador de tomar determinadas decisões, desde que esteja nos limites da lei.

(B) É a expansão do ato administrativo por agentes putativos, em consonância com o arcabouço legal.

(C) É a ação realizada com desrespeito à ordem jurídica vigente, em função de um viés pessoal.

(D) É a permissão da execução de ato pela administração, sem recorrer ao Poder Judiciário.

(E) É a vinculação de ato administrativo à lei, sem possibilidade de questionamento.

7.(FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Poder Disciplinar

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

(A) de polícia.

(B) de perícia.

(C) hierárquico.

(D) disciplinar.

(E) regulamentar.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/questoes/1975369

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. (FGV - Del Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022)
Assinale a opção que corresponde a bem jurídico coletivo aparente.

- (A) Meio ambiente equilibrado.
- (B) Administração estatal da justiça.
- (C) Incolumidade pública.
- (D) Ordem econômica.
- (E) Relações de consumo.

2. (FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022)

A Lei nº 4.729/1965 criminalizava a sonegação fiscal, cominando pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multa de duas a cinco vezes o valor do tributo. Essa Lei veio a ser revogada pela Lei nº 8.137/1990, cujo Art. 1º aumentou a pena para 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa.

Em relação à essa mudança legislativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 não pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (B) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (C) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ou não ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência, a critério do Juiz.
- (D) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal excepcional, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.
- (E) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.

3. (FGV - Del Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022)

O princípio da insignificância é compatível com o furto praticado

- (A) por escalada.
- (B) por arrombamento.
- (C) durante o repouso noturno.
- (D) em concurso de pessoas.
- (E) por clandestinidade.

4. (FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021)

Quanto à interpretação da norma penal incriminadora, fica vedada a realização de:

- (A) interpretação declarativa;
- (B) interpretação restritiva;
- (C) interpretação analógica;
- (D) interpretação extensiva;
- (E) analogia in malam partem.

5. (FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Sobre o chamado “direito penal transitório”, houve quebra do princípio da continuidade normativo-típica, com a consequente abolitio criminis por meio da revogação de um tipo penal no caso de:

- (A) apropriação indébita previdenciária;
- (B) crimes contra a honra praticados por meio da imprensa;
- (C) rapto violento ou mediante fraude;
- (D) crimes contra a propriedade industrial;
- (E) roubo majorado pelo emprego de arma branca.

6. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, efetuando cinco disparos com revólver adquirido com aquela finalidade. Tendo alvejado seu alvo e sem munição extra, Ares deixa o local, tomando rumo ignorado. Príapo é socorrido por transeuntes e levado ao hospital, onde permanece internado por dois meses, quando, então, vem a óbito, em razão exclusiva dos ferimentos sofridos.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- (D) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- (E) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

7. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade;
- (C) consunção;
- (D) absorção;
- (E) alternatividade.

8. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Oficial de Justiça/2021)

O conceito analítico de crime exige a realização de um comportamento humano.

Um comportamento humano que pode ensejar interesse jurídico-penal e responsabilização do agente que o desempenha é:

- (A) ação por coação física irresistível;
- (B) atos reflexos;
- (C) condutas culposas;
- (D) perda brusca de consciência;
- (E) atos automatizados.

9. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Em relação aos crimes omissivos impróprios, é correto afirmar que:

- (A) se o titular do bem jurídico, com todas as informações disponíveis, conscientemente decide pela autoleção ao bem jurídico, não há obrigação legal de ação do garante para evitar o resultado;
- (B) quando o risco da atividade é dividido entre as partes, cada qual assumindo uma parcela do dever de cuidado, eventual lesão causada por descuido do ofendido pode ser atribuída a título de omissão imprópria;
- (C) o autor responde por cursos desviados ou aventureiros, quando sua conduta resulta numa lesão, que faz surgir a posição de garante, e a vítima, por descuido, aumenta o risco do bem atingido;
- (D) do ponto de vista de imputação objetiva, o princípio da confiança não exclui a responsabilidade pela omissão, mesmo que as circunstâncias concretas permitam confirmar na execução da função atribuída ao garantidor impróprio;
- (E) o compromisso de evitar o resultado desaparece quando a integridade do bem jurídico depender do controle pessoal de determinadas fontes de perigo já existentes ou geradas por alguma ação ou omissão precedente contrária ao direito.

10. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento.

Em tal cenário, o agente responderá por:

- (A) crime culposos;
- (B) crime preterdoloso;
- (C) dolo genérico;
- (D) dolo de perigo;
- (E) dolo geral.

11. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Oficial de Justiça/2021)

Ao lado das hipóteses de erros essenciais figuram os chamados erros acidentais, que, ao contrário daqueles, incidem sobre elementos não essenciais à configuração do crime, não afetando a decisão a respeito da imputação.

Uma hipótese de erro acidental é:

- (A) erro de tipo;
- (B) erro sobre a pessoa;
- (C) erro de proibição;
- (D) discriminantes putativas;
- (E) erro mandamental.

12. (FGV - Ana (MPE GO)/MPE GO/Jurídico/2022)

Sandro foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um hipermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Sandro, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a

- (A) ilicitude.
- (B) tipicidade formal.
- (C) culpabilidade.
- (D) tipicidade material.
- (E) punibilidade.

13. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Sobre os pressupostos da imputação objetiva, é correto afirmar que:

- (A) um resultado causado pelo agente apenas pode ser imputado ao tipo objetivo se sua conduta criou um perigo para o bem jurídico coberto por um risco permitido;
- (B) se o agente modifica um curso causal de tal maneira que diminui o perigo já existente à vítima e melhora a situação do objeto da ação, exclui a imputação;
- (C) é possível a imputação ao tipo objetivo ainda que a conduta do autor não eleve de modo juridicamente considerável o risco ao bem jurídico;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.(FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Sobre a possibilidade de imposição de astreintes no processo penal, visando conferir efetividade às decisões judiciais, é correto afirmar que:

(A) no balizamento dos valores da multa coercitiva devem incidir aqueles decorrentes da penalidade por ato atentatório à dignidade da justiça;

(B) sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, deve o juiz aplicar multa, de acordo com a gravidade da conduta do réu e as circunstâncias concretas do caso submetido a processo e julgamento;

(C) a decisão que impõe medida cautelar emergencial de constrição de ativos financeiros mediante a utilização do sistema BacenJud é incompatível com o contraditório diferido e a posterior revisão da decisão;

(D) o Art. 139, IV, do Código de Processo Civil, que autoriza o juiz a determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, não tem aplicação ao processo penal;

(E) não viola o princípio do contraditório a constrição de numerário por meio do sistema BacenJud quando o devedor, após deixar de cumprir determinação judicial anterior e de realizar o pagamento de multa diária cominada, é alertado do risco de adoção de outras medidas cautelares.

2.(FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

(A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;

(B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;

(C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;

(D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do nemo tenetur se detegere e da vedação à analogia in malam partem;

(E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

3.(FGV - ALUN OF (PM AM)/PM AM/2022)

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

A propósito do inquérito policial, é correto dizer que

(A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.

(B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.

(C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.

(D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.

(E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

4.(FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Quanto à investigação preliminar realizada sob a forma de inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) ainda que no curso da investigação policial se realizem atos concretos de perturbação da liberdade jurídica do indivíduo, não há submissão a controle jurisdicional;

(B) gravidade e complexidade do fato investigado não são fatores que legitimam, por si sós, a duração alongada da investigação preliminar, ensejando constrangimento ilegal;

(C) a reforma do Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011 passou a prever, em hipóteses urgentes ou com risco de ineficiência da medida, que o juiz da causa poderá estabelecer cautelares, independentemente da oitiva antecipada do interessado, no curso da investigação;

(D) não há nulidade na juntada posterior de provas colhidas durante o inquérito, desde que a defesa seja intimada para se manifestar sobre elas antes da sentença;

(E) a jurisprudência dos Tribunais Superiores entende que é necessária a presença de advogado durante o interrogatório policial do réu.

5.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Ao sair de sua casa, em 17/05/2020, Miriam foi surpreendida por faixa anônima estendida na via pública com diversas ofensas à sua honra. Diante da humilhação sofrida, Miriam deixou o país e foi morar no exterior sem se interessar em descobrir o responsável pelos fatos. Em 03/01/2021, Miriam recebeu mensagem de Sandra, sua antiga vizinha, confessando ser ela a autora das ofensas, bem como esclarecendo que informou os fatos ao delegado de polícia, em razão de seu arrependimento.

Miriam entrou em contato com seu advogado, em 25/01/2021, para esclarecimentos jurídicos, informando que permanece no exterior.

O advogado deverá esclarecer naquela data que o crime praticado seria de injúria, de ação penal privada, logo:

(A) a abertura do inquérito policial poderá ser determinada pela autoridade policial, diretamente, mas a ação penal depende da iniciativa da vítima;

(B) a abertura do inquérito policial não poderá ser determinada pela autoridade policial nem requerida por Miriam, pois operou-se o prazo prescricional para representação;

(C) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, mas, se através de procurador, exigem-se poderes especiais;

(D) a inicial acusatória não poderá ser oferecida por Miriam, pois operou-se o prazo decadencial;

(E) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, pessoalmente ou por procurador sem poderes especiais.

6.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Concluídas investigações de inquérito policial, a autoridade policial indiciou Francisco, sem envolvimento anterior com o aparato policial ou judicial pela prática de crimes, como incurso nas sanções penais do delito de lesão corporal de natureza gravíssima (Art. 129, §2º, CP – pena: reclusão de 2 a 8 anos).

Tendo Francisco confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal na delegacia, o acordo de não persecução penal, no caso em tela:

(A) poderá ser proposto pelo delegado, considerando a confissão e a pena mínima cominada ao delito;

(B) não poderá ser proposto, diante da natureza do delito imputado;

(C) não poderá ser proposto, pois a pena máxima cominada é superior a quatro anos;

(D) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, considerando a pena cominada e a confissão em sede policial;

(E) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, e, havendo concordância do indiciado e de sua defesa técnica, independerá de homologação judicial.

7.(FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Assunto: Da Ação Civil ex delicto (arts. 63 a 68 do CPP)

Adalberto está sendo acusado de, ao conduzir seu veículo embriagado, ter atropelado e causado danos a Lucélia. Ele está sendo acionado na esfera criminal por conta das lesões que teria causado a ela.

Sobre sua obrigação de indenizá-la na esfera cível pelos danos sofridos, é correto afirmar que:

(A) ainda que condenado na esfera criminal, a quantificação do dever de indenizar depende de procedimento cível, tendo em vista a diversidade de requisitos entre o ilícito penal e o civil;

(B) a absolvição no âmbito penal impede que ele seja condenado no âmbito cível, se a sentença for fundada na inexistência do fato ou da autoria;

(C) a sentença penal absolutória fundada em excludente de ilicitude vincula o juízo cível, inviabilizando qualquer pretensão da vítima à indenização em face dele;

(D) absolvido na seara criminal por falta de provas do fato, da culpa ou da autoria, fica Adalberto liberado de responsabilidade civil;

(E) a sentença penal absolutória fundada em atipicidade do fato afasta a obrigação de indenizar na esfera cível, inviabilizando a investigação sobre ato ilícito nessa seara.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

1.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Antônio e Pedro, estudiosos do Direito Internacional Público, travaram intenso debate a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), instituída pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

Por fim, alcançaram as seguintes conclusões:

I. a DUDH é um tratado internacional, integrando o direito internacional público convencional;

II. a DUDH é conceitualmente distinta do jus cogens, não influenciando no seu surgimento e não sendo por ele afetada;

III. a DUDH exorta a unidade dos direitos humanos, que devem ser observados tanto na dimensão das liberdades, como na perspectiva da fruição de direitos prestacionais.

Está correto o que se conclui em

(A) II e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I, apenas.

(E) III, apenas.

2.(FGV - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP MA)/2013)

Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, analise as afirmativas a seguir.

I. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo quando suspeito de ter cometido crime hediondo.

II. Toda pessoa tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei, exceto quando suspeito de envolvimento em atos lesivos à ordem pública.

III. Toda pessoa acusada de ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que sua culpabilidade venha a ser provada de acordo com a lei.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

3.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Joana, ativista dos Direitos Humanos, consultou um advogado a respeito dos efeitos da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no “Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil”, mais especificamente se permaneciam adstritos ao caso concreto, que envolvia os órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, ou se assumiam contornos mais amplos.

O advogado respondeu corretamente que a decisão da CIDH

(A) somente produziu efeitos em relação ao caso concreto, não alcançando a segurança pública como um todo, a exemplo da imposição de obrigações de caráter geral ao Estado brasileiro.

(B) somente produziu efeitos pecuniários, relacionados ao caso concreto, não alcançando a segurança pública como um todo, de modo a impor obrigações de caráter geral ao Estado brasileiro.

(C) produziu efeitos em relação ao caso concreto e à segurança pública como um todo, sendo determinado ao Estado brasileiro que altere o regime jurídico dos órgãos de segurança pública brasileiros.

(D) produziu efeitos em relação ao caso concreto e a outros aspectos da segurança pública, sendo determinado ao Estado brasileiro que publique relatórios com mortes resultantes de operações policiais em todo o país.

(E) produziu efeitos em relação ao caso concreto e à segurança pública como um todo, sendo definidas, de modo detalhado, as situações em que podem ser utilizados helicópteros e armas de fogo em operações policiais.

4.(FGV - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP MA)/2013)

O Decreto Federal n. 678/92, que ratifica a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece os procedimentos que devem ser seguidos quando da prisão de uma pessoa.

Sobre esses procedimentos, analise as afirmativas a seguir.

I. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoa não condenada.

II. As pessoas detentoras de diploma de nível superior devem ficar separadas dos presos com formação inferior.

III. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

5.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Determinado agente público, ao interpretar a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, afirmou que a sua organicidade interna impedia a sua interpretação fragmentada, permeada por normas do direito interno.

A partir dessa premissa, concluiu que a legislação nacional, quando veicula comandos de contornos mais amplos, deve ser preterida, já que a combinatória de normas, ainda que mais favorável à pessoa humana, romperia com o equilíbrio do sistema e conduziria a resultados absurdos.

É correto afirmar que a conclusão do agente público

- (A) está correta, sendo expressamente acolhida pela Convenção.
- (B) está incorreta, sendo expressamente rechaçada pela Convenção.
- (C) está incorreta, considerando a preeminência das normas internas sobre o Direito Internacional.
- (D) está correta, considerando a preeminência do direito internacional sobre as normas internas.
- (E) somente não é correta, por expressa previsão da Convenção, caso as normas internas tenham estatura constitucional.

6.(FGV - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP MA)/2013)

O Capítulo IX da Resolução n. 14/94 estabelece as regras mínimas para o tratamento do preso.

Acerca do uso de algemas e de camisa-de-força, analise as afirmativas a seguir.

I. O uso de algemas é permitido, durante o deslocamento do preso, como medida de precaução contra fuga.

II. O uso de camisa-de-força é permitido, segundo recomendação médica, por motivo de saúde.

III. O uso de algemas é proibido por humilhar o detento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

7.(FGV - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP MA)/2013)

Fulano de Tal foi condenado a 20 anos de prisão por homicídio culposo. Passados seis meses de seu encarceramento, seu advogado ajuizou ação pedindo que fosse permitido ao preso receber visitas da família, o que até então lhe tinha sido negado.

Com relação ao fragmento acima, analise as normas legais que abordam especificamente a matéria tratada.

I. A Resolução n. 14/94, que estabelece as regras mínimas para o tratamento do preso.

II. O Decreto Federal n. 678/92, que ratifica a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

III. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que unifica as normas dos sistemas prisionais.

Assinale:

- (A) se somente I estiver correta.
- (B) se somente III estiver correta.
- (C) se somente I e II estiverem corretas.
- (D) se somente II e III estiverem corretas.
- (E) se I, II e III estiverem corretas.

8.(FGV - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (SSP AM)/2022)

Marta, pessoa com deficiência, é parte em processo administrativo que tramita junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado Alfa.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), Marta

- (A) tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação do referido processo administrativo, em todos os atos e diligências.
- (B) tem direito a receber atendimento prioritário, exclusivamente no momento de distribuição do referido processo administrativo.
- (C) não tem direito a receber atendimento prioritário na tramitação do referido processo administrativo, mas seu prazo recursal é contado em dobro.
- (D) não tem direito a receber atendimento prioritário na tramitação do referido processo administrativo, mas é isenta de custas processuais.
- (E) tem direito a receber atendimento prioritário, de maneira que o referido processo administrativo seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, permitida uma única prorrogação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1.FGV - Guarda Municipal (Pref Salvador)/2019

De acordo com as previsões da Lei de Armas (Lei nº 10.826/03), analise as afirmativas a seguir.

I. A posse isolada de grande quantidade de munições de uso permitido, em desacordo com as determinações legais ou regulamentares, quando desacompanhada da apreensão de arma de fogo, não constitui crime.

II. A cessão, mesmo que gratuita, de arma de fogo de uso restrito, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, configura crime, punido com a mesma sanção penal daquele que transporta arma de fogo de calibre permitido com numeração suprimida.

III. O crime de disparo de arma de fogo é expressamente subsidiário, somente havendo punição do agente caso a finalidade com o disparo não seja praticar outro crime.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2.FGV - Escrivão de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022

A Lei dos Crimes Hediondos (8072/90) contempla tratamento mais rigoroso a diversos crimes nela previstos, tanto no seu artigo 1º, que prevê os crimes hediondos propriamente ditos, quanto no seu artigo 2º, que contempla os chamados crimes hediondos por equiparação. A caracterização de um crime como hediondo faz com que determinados institutos sejam vedados.

Dentre as proibições legais não está

- (A) fiança.
- (B) liberdade provisória.
- (C) graça.
- (D) indulto.
- (E) anistia.

3.FGV - Delegado de Polícia Civil (PC AP)/2010

De acordo com a Lei 8.072/90, assinale a alternativa que não apresenta um crime considerado hediondo.

(A) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º) e envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal (art. 270).

(B) epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V) e extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º).

(C) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

(D) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B; e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

(E) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º); falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).

4.FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2008

Segundo a Lei 7.716/89, as condutas relacionadas a seguir constituem crime de racismo, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público

(B) impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial ou religiosa

(D) impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a eles

(E) negar ou obstar emprego em empresa privada

5.FGV - Escrivão de Polícia (PC MA)/2012 (e mais 1 concurso)

A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais e dos Remédios Constitucionais, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O Habeas Corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) O Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (C) A Ação Popular pode ser proposta por qualquer pessoa, desde que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, proteger a moralidade, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.
- (D) O Habeas Data poderá servir de instrumento para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (E) O Mandado de Segurança pode ser proposto tanto contra ato de autoridade pública quanto contra ato de agente de pessoas jurídicas privadas no exercício de atribuições do poder público.

6.FGV - Oficial de Cartório (PC RJ)/2009

Com relação ao crime de tortura, previsto na Lei 9.455/97, analise as afirmativas a seguir:

I. A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

II. Constitui crime de tortura submeter alguém sob sua guarda, com emprego de grave ameaça, a intenso sofrimento mental como forma de aplicar medida de caráter preventivo.

III. O disposto na Lei de Tortura (Lei 9.455/97) aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

7.FGV - Inspetor de Polícia (PC RJ)/2008

Relativamente ao crime de tortura (Lei 9.455/97), é correto afirmar que a pena do crime é aumentada quando:

- (A) o crime é cometido contra agente público.
- (B) o crime é cometido por pessoa maior de sessenta anos.
- (C) o crime é cometido por agente público.
- (D) o crime é cometido durante o repouso noturno.
- (E) a pessoa que tinha o dever de evitá-las ou apurá-las se omite em face dessas condutas.

8.FGV - Delegado de Polícia (PC MA)/2012

Aproveitando-se da condição de um turista que bebia em um quiosque da praia, José se apresenta como guia e o leva a diversos pontos turísticos da cidade. Posteriormente, obtendo a confiança do turista, retorna com ele ao hotel e juntos consomem bebida alcoólica.

Aproveitando-se dessa situação e contando com a ajuda do adolescente FMO, aprendiz de garçom, ministra substância entorpecente na bebida do turista, que, sem consciência, a ele entrega todo o seu dinheiro e bens que estavam no quarto.

A partir do caso exposto, José deverá responder

- (A) pelo crime de extorsão (Art. 158, do CP).
- (B) pelo crime de extorsão majorada pelo concurso de pessoas (Art. 158, § 1º, do CP).
- (C) pelos crimes de extorsão majorada pelo concurso de pessoas (Art. 158, § 1º, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B, da Lei n. 8.069/90).
- (D) pelos crimes de roubo (Art. 157, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B, da Lei n. 8.069/90).
- (E) pelos crimes de roubo majorado pelo concurso de pessoas (Art. 157 § 2º, II, do CP) e corrupção de menores (Art. 244-B da Lei n. 8.069/90).

9.FGV - Escrivão de Polícia (PC MA)/2012 (e mais 1 concurso)

Com relação à causa de extinção da punibilidade pela prescrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) Oferecida a denúncia ou a queixa, o prazo prescricional é interrompido.
- (B) A reincidência aumenta em 1/3 o prazo da prescrição.
- (C) A publicação da sentença condenatória interrompe o prazo da prescrição para todos os acusados, inclusive para aqueles que foram absolvidos e o Ministério Público apelou.
- (D) Estando o acusado preso preventivamente, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
- (E) Segundo o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, com o advento da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso), incide a regra do Art. 115 do Código Penal (redução do prazo prescricional de metade) quando o acusado possui 60 anos quando da sentença.

10.FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022

No que toca ao delito do Art. 2º da Lei 12.850/13, em relação às eventuais infrações praticadas no seu âmbito como forma de materialização dos propósitos escusos que motivaram a reunião estruturada dos agentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Existe separação obrigatória entre o delito de organização criminosa e os demais eventualmente praticados no seu contexto, impondo a tramitação concomitante das respectivas propostas acusatórias perante